



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB

ESTRATÉGIAS DE ENSINO FAVORÁVEIS AO DESENVOLVIMENTO

DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO

FUNDAMENTAL I

VALÉRIA MARIA DE MELO RAMOS

ORIENTADOR (A): ANA CECÍLIA FERREIRA DE AMORIM



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

VALÉRIA MARIA DE MELO RAMOS

ESTRATÉGIAS DE ENSINO FAVORÁVEIS AO DESENVOLVIMENTO

DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO

FUNDAMENTAL I

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Ana Cecília Ferreira de Amorim

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

VALÉRIA MARIA DE MELO RAMOS

ESTRATÉGIAS DE ENSINO FAVORÁVEIS AO DESENVOLVIMENTO DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Ana Cecília Ferreira de Amorim

NOME DO ORIENTADOR (Orientador)

Raquel Soares de Santana

NOME DO EXAMINADOR (Examinador)

Valéria Maria de Melo Ramos

NOME DO ALUNO (Cursista)

BRASÍLIA/2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus queridos filhos Evellyn e Samuel para que inspirados em meu exemplo como pesquisadora eles tenham sempre o estudo como fonte de conhecimento e caminho para o sucesso.

AGRADECIMENTOS

Ao meu poderoso Deus, único digno de receber toda honra e glória, que me fortaleceu dia após dia para vencer todos os obstáculos e concluir esta pesquisa.

Ao meu querido esposo que foi mais que um companheiro nessa jornada de muitos desafios e entendeu meus momentos de ausência.

À minha amada filha, que sofreu os vários momentos que não pude lhe dar atenção porque estava estudando.

Ao meu lindo bebezinho que foi gerado junto com o início desse curso e me transmitiu esperança nos momentos de angústia.

Aos meus pais e minha irmã que várias vezes ficaram com meus filhos para eu estudar.

Aos meus familiares que me ajudaram nas dificuldades tecnológicas.

Às minhas amigas Ermelinda, Silvane e Neli que se lembraram de mim e me informaram sobre a oferta deste curso.

À minha amiga Dorinha que sempre teve boa vontade em me ajudar nas inúmeras vezes que dela precisei.

À minha flor de orientadora Ana Cecília que sempre teve uma palavra de incentivo impedindo que eu me entregasse à vontade imensa de desistir.

Às minhas amigas de trabalho pelas palavras de carinho nos momentos de desespero.

Às professoras, à aluna com Síndrome de Down e sua família que contribuíram com seus relatos para esta pesquisa.

À equipe de coordenação deste curso e à Universidade de Brasília por me dar a oportunidade de investir em minha formação continuada e ampliar meus conhecimentos acerca da inclusão escolar, transformando minha prática pedagógica.

Valéria Maria de Melo Ramos

RESUMO

O presente trabalho aborda questões sobre o processo de inclusão da criança com Síndrome de Down no ensino regular, as características dessa criança, analisando como ocorre a sua aprendizagem e qual a importância da parceria entre a família e a escola nesse processo. Apresenta a importância da adoção de estratégias de ensino diferenciadas e a necessidade da capacitação docente para promover a melhoria na qualidade do ensino ofertado a esses estudantes. Dessa forma, com o objetivo de analisar os processos de aprendizagem das crianças com Síndrome de Down nas séries iniciais, pela descrição das estratégias utilizadas pelos docentes no processo de ensino aprendizagem foi realizada investigação em uma escola municipal da rede regular de ensino de Ipatinga - MG, contando com a participação de uma criança com Síndrome de Down inserida em turma regular de primeiro ano do ensino fundamental I e quatro professoras, incluindo a monitora de apoio. Concluiu-se que a inclusão só ocorrerá de forma satisfatória e eficiente a partir do momento em que toda escola, família e sociedade promoverem e garantirem juntas o direito de todos à educação.

Palavras Chave: Inclusão – Síndrome de Down- aprendizagem - estratégias

SUMÁRIO

RESUMO

1-APRESENTAÇÃO.....	10
2-FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1- - A inclusão da criança com Síndrome de Down no ensino regular.....	13
2.2 - Síndrome de Down - definições e características.....	14
2.3- A aprendizagem das crianças com Síndrome de Down.....	16
2.4- O papel da família da criança com Síndrome de Down.....	18
2.5- A relação entre a família e a escola.....	20
2.6-Estratégias utilizadas pelos docentes no processo de ensino e aprendizagem de alunos com Síndrome de Down.....	21
2.7- A formação docente e a inclusão de alunos com Síndrome de Down.....	22
3 – OBJETIVOS.....	24
4 – METODOLOGIA.....	25
4.1- Fundamentação Teórica da Metodologia.....	25
4.2- Contexto da Pesquisa.....	25
4.3- Participantes.....	26
4.4- Materiais.....	26
4.5- Instrumentos de Construção de Dados.....	26
4.6- Procedimentos de Construção de Dados.....	26
4.7- Procedimentos de Análise de Dados.....	27
5- RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	29
5.1- Formação continuada dos professores que trabalham com alunos com NEE (Necessidades Educativas Especiais).....	29
5.2- As perspectivas dos professores com relação à inclusão da aluna com Síndrome de Down no ensino regular: Pontos positivos e negativos.....	31
5.3- A visão da família sobre o processo de inclusão da filha com Síndrome de Down no ensino regular.....	38
5.4- Descrições das estratégias de ensino utilizadas pelos professores para a aprendizagem da aluna com Síndrome de Down.....	40

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	47
APÊNDICES.....	50
A – Questionário para entrevista com os professores.....	50
B – Questionário para a família.....	52
C - Roteiro para observação em sala de aula.....	53
D- Modelo de Diário de campo.....	54
ANEXOS.....	55
A- Carta de Apresentação – Escola.....	55
B- Carta de Aceite Institucional.....	56
C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professores.....	57
D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais.....	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Perfil acadêmico das professoras.....	30
Quadro 2- Inclusão de alunos com Síndrome de Down na rede regular de ensino: Pontos positivos e pontos negativos.....	32
Quadro 3- Possibilidades de alfabetização da aluna com Síndrome de Down.....	35
Quadro 4 – O processo de inclusão da aluna J.E com Síndrome de Down na perspectiva da mãe.....	38
Quadro 5- Estratégias de ensino utilizadas pelas professoras com a aluna com Síndrome de Down.....	41

1 - APRESENTAÇÃO

A escola é um espaço de aprendizagem onde há diversidade em todos os âmbitos, como cultural, social, familiar, religioso, físico. Em meio a essa diversidade configuram-se as diferenças entre os sujeitos, onde cada um tem sua forma peculiar de ser. Cada indivíduo é único em sua forma de pensar, de agir, de se comportar, de aprender, de interagir com o meio, enfim, são diferentes entre si. E são essas peculiaridades que configuram a identidade de cada pessoa. Por isso, há necessidade de que cada criança seja respeitada em suas diferenças e tenha o gozo dos mesmos direitos, sem privilégios excludentes. E é na escola que esses princípios de respeito à diferença e à individualidade deve ser praticado. Porém a comunidade escolar ainda está aprendendo a romper com velhos paradigmas de sistemas tradicionalistas que impedem a incorporação de práticas inclusivas nas instituições de ensino.

As discussões acerca da inclusão escolar tem se intensificado e projetos e leis tem sido elaborado com o objetivo de garantir o direito à educação a todos, sem exceções. Mas é notória a inserção parcial das crianças com Necessidades Educativas Especiais no ensino regular, que muitas vezes são integradas na escola, tratadas como um grupo homogêneo, com as mesmas características e necessidades educacionais, apenas dividindo o mesmo espaço que as outras pessoas, mas não incluídas.

No que tange às crianças com Síndrome de Down, estas, como outras que possuem desenvolvimento atípico, como será comprovado nesta pesquisa, são capazes de aprender, no entanto, possuem certas limitações advindas da sua condição especial específica. Essa condição traz implicações importantes para a escola em sua organização política e pedagógica, pois ao receber alunos com desenvolvimento atípico, ela precisa se reorganizar quanto às suas concepções não só de ensino aprendizagem, fazer adaptações no currículo e formas de avaliar. A escola precisa, sobretudo ter um novo olhar sobre a criança com Necessidades Educativas Especiais, considerando-a como ela é limitada sim, mas não incapaz. Dessa forma, as mudanças são inevitáveis e necessárias. Começa com a conscientização de cada membro da comunidade escolar e se concretiza com ações fundamentadas no Projeto Político Pedagógico, que determina que seu currículo deva estar de acordo com “as maneiras peculiares de os alunos aprenderem, considerando que o processo de ensino-aprendizagem pressupõe atender a diversificação de necessidades dos alunos na escola.” (BRASIL, 1999, p. 15). Essa determinação exige adequação nas metodologias e estratégias de ensino.

Quando se trata de adaptação curricular, o foco com certeza é o professor. Segundo Carvalho (2003), “a predisposição dos professores frente à diversidade tem um papel decisivo na compreensão das diferenças individuais, em sua aceitação e respeito, criando, removendo ou intensificando os obstáculos já existentes”. Entende-se assim, que o corpo docente de uma instituição escolar precisa ser preparado para receber alunos especiais, desenvolvendo práticas pedagógicas que sejam aplicadas com objetivos específicos e que atendam realmente estes alunos. Pelo menos é o que se espera, porém não é o que se tem visto nas escolas.

Em minha trajetória profissional, atuo como educadora alfabetizadora há oito anos na rede pública municipal de ensino e tenho vivenciado na prática a dificuldade que os professores demonstram quando recebem em sua sala de aula crianças com desenvolvimento atípico. Em conversas informais, é comum ouvir que se sentem inseguros e ficam preocupados com o aprendizado deste aluno e também ficam em dúvida se a aprendizagem dos outros estudantes ditos normais não será comprometida. Sabem que seu papel no processo de inclusão é essencial, porém não sabe como desenvolvê-lo. Muitos demonstram resistência e preferem não ter um aluno especial em sua sala porque tem medo de não saber trabalhar com ele, ou porque sabe que terá que ser mais criterioso com seu plano de ensino e por consequência ter um pouco mais de “trabalho” ao elaborar atividades e ainda talvez porque terá que romper com práticas suas que não são inclusivas. No entanto, diante das leis existentes, ainda que não aconteça da maneira plena, a inclusão é um direito assegurado pela legislação que garante que toda criança deve ser matriculada no ensino regular, e quanto a isso, nenhum professor pode relutar.

A hipótese deste estudo é que alguns ou a maioria desses professores por não terem capacitação adequada, utilizam as mesmas metodologias e estratégias para todos os alunos, como se fosse possível todos aprenderem da mesma forma e no mesmo ritmo, desconsiderando a heterogeneidade existente na sala de aula. Todas essas questões em torno da prática docente na qual eu me incluo me trouxeram grande inquietação e motivação para desenvolver este trabalho que tem como objetivo responder a algumas questões como: que estratégias vêm sendo utilizadas pelos professores no processo de ensino aprendizagem de alunos com Síndrome de Down nas séries iniciais no ensino regular? Como tem sido a formação desses docentes? Que adaptações são necessárias no currículo para que o professor tenha condições de intervir no processo educacional desses alunos com Necessidades Educacionais Especiais? Dentre as estratégias utilizadas, quais realmente têm sido favoráveis ao desenvolvimento dessas crianças para serem capazes de superar as suas limitações?

Para responder tais questionamentos, adotou-se neste trabalho a pesquisa empírico-teórica visando à inter-relação entre teoria e prática no processo de pesquisa, uma referendando e norteando a outra (MACIEL; BARBATO, 2010).

Iniciando a fundamentação teórica, no capítulo 2, há uma breve introdução sobre a inclusão da criança com Síndrome de Down no ensino regular, em seguida discorre-se sobre as definições da Trissomia 21, focando em suas implicações na perspectiva da educação inclusiva, o papel da família e as possibilidades e desafios no processo de aprendizagem das crianças com Síndrome de Down.

Ainda no capítulo 2, a partir do tópico 2.6, discute-se a importância das estratégias utilizadas pelos docentes no processo de ensino e aprendizagem de alunos com Síndrome de Down, enfatizando a seguir a formação docente e as implicações de sua capacitação profissional para que seja capaz de promover a inclusão de alunos com Síndrome de Down nas turmas de ensino regular.

O capítulo seguinte é composto pelos objetivos que permearam esta pesquisa e posteriormente, no quarto capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada com sua devida fundamentação teórica.

Já no quinto capítulo, são apresentados os resultados construídos a partir de cada um dos procedimentos e instrumentos dos dados. A discussão teórica é feita juntamente com os dados.

Nas considerações finais é feita uma análise das contribuições que foram construídas a partir da revisão bibliográfica e estudo de caso feito para esta pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A inclusão da criança com Síndrome de Down no ensino regular

Uma escola que se pretende inclusiva, precisa atender de forma satisfatória e sem qualquer tipo de discriminação crianças com e sem deficiência. Isso implica em muitas mudanças que dependem da conscientização de todos da comunidade escolar e perspectiva educacional. Ela precisa estar fundamentada em novas concepções que respeitem e valorizem as diferenças, reconhecendo que todas as crianças são capazes de aprender, dispondo em sua proposta pedagógica sistemas e metodologias de ensino que estejam de acordo com as necessidades de todas as crianças. Porém ainda há muita resistência, muito preconceito e até falta de informações que impedem a efetivação da inclusão de alunos com Síndrome de Down na rede regular de ensino. Segundo Mantoan (2006, p.25)

Sabemos que alunos com e sem deficiência, que foram e são ainda excluídos das escolas comuns, devem estar inseridos nessas escolas, e há muito tempo, ou seja, desde que o ensino fundamental é obrigatório para os alunos em geral. Se os pais, professores, dirigentes educacionais não tinham conhecimento do direito de toda a educação comum, há hoje documentos e uma ação corajosa do movimento escolar inclusivo que estão cumprindo o seu dever de alertar os educadores e os pais nesse sentido.

A legislação em nosso país garante através da Constituição de 1988 o direito de todas as crianças de receber educação e também atendimento educacional especializado para atender as especificidades dos alunos com Necessidades Educativas Especiais “preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 2004). Segundo a Constituição, o Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001, traz considerações importantes através da lei baseada nos conceitos da Convenção de Guatemala, defendendo o tratamento igual de direitos para todos os deficientes, repudiando qualquer tipo de discriminação. (BRASIL, 2004). Em consonância, a Declaração de Salamanca da ONU/UNESCO também faz declarações dizendo: “reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular”. (CORDE, 1994)

Embasado na Declaração de Salamanca, intensificou-se as discussões pela educação inclusiva, onde o MEC apoiado nas ações deste documento lançou em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar de forma a reforçar o acesso ao ensino regular de todos os alunos incluindo aqueles com deficiência intelectual, física, auditiva ou visual, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

Tendo em vista então que a matrícula do aluno com Síndrome de Down em classes comuns do ensino regular é um direito previsto em lei, cabe às escolas se adequarem de forma a possibilitar a inclusão deste aluno garantindo-lhe o acesso ao ensino, participando de todo o processo de aprendizagem no contexto escolar.

Segundo Fonseca (1987, p.23) “as escolas normais ou regulares devem aumentar as suas capacidades para identificarem e integrarem as crianças com Síndrome de Down. O sistema de ensino tem de dar lugar à qualidade de ensino”. Será função, portanto da instituição de ensino, está em conformidade com a lei, proporcionando a estes estudantes situações de aprendizagem que favoreçam seu avanço dentro de suas possibilidades, valorizando as diferenças através de projetos inclusivos de educação.

2.2 - Síndrome de Down- definições e características

A Síndrome de Down é assim chamada em homenagem a um médico inglês chamado John Langdon Down que a pesquisou. A síndrome já havia sido descrita por Jean Esquirol em 1838, porém foi Down que em 1866 a descreveu como uma manifestação clínica, apontando algumas características dos portadores da mesma. Segundo Pueschel, (1998) ele fez a seguinte descrição: “O cabelo não é preto, como é o cabelo de um verdadeiro mongol, mas é de cor castanha, liso e escasso. O rosto é achatado e largo. Os olhos posicionados em linha oblíqua. O nariz é pequeno. Estas crianças têm um poder considerável para a imitação”. O termo mongol se deve ao fato de que achava que pareciam com seus pacientes da Mongólia. Mas com o tempo, mongol ou mongoloide foi banido da medicina por inferiorizar os portadores da síndrome.

Mas em 1876 outros pesquisadores J. Frase e A. Mitchell citaram outras características como pescoço encurtado (braquicefalia) e também a influência da idade da mãe, que estando

mais velha poderia contribuir para que o filho nascesse com a Síndrome de Down. (PUESCHEL, 1998, P.50).

Dando continuidade aos estudos, em 1959, o Dr. Jerome Lejeune e Patrícia A. Jacobs em parceria com outros pesquisadores fizeram a descoberta da síndrome como sendo um acidente genético, que segundo González (2007) se deve ao fato de haver um cromossomo a mais no par 21, o que ele chama de trissomia 21. Ou seja, as crianças com Síndrome de Down possuem um cromossomo extra, podendo se apresentar das seguintes formas: trissomia simples, translocação e mosaicismos.

González (2007) explica que na trissomia simples, a mais comum, chegando a 95% dos casos, o que ocorre é a presença de 47 cromossomos em todas as células. Já na translocação, o que acontece é que o cromossomo 21 extra se prende a outro par de cromossomos. E no mosaicismos que ocorre em cerca de 2% dos casos, os cromossomos durante a segunda ou terceira divisão celular são distribuídos erroneamente.

É possível se diagnosticar a Síndrome de Down através da análise do cromossomo (cariótipo), que de acordo com Voivodic (2008) pode ser obtido realizando-se o cariógrama. Também pode-se fazer uma ultrassonografia que irá identificar a possível síndrome pela dobra ou espessura da nuca. O diagnóstico geralmente é feito quando se trata de gestantes que tem no histórico familiar dela ou do pai da criança algum caso de Síndrome de Down ou fatores que podem favorecer as chances do bebê nascer com a trissomia 21. Um deles é a associação da síndrome às gestantes com mais de 35 anos, considerando que seus óvulos envelhecem. Porém, sabe-se que há mães jovens que também dão a luz a crianças com Síndrome de Down.

As crianças com a trissomia 21 possuem algumas características comuns que as fazem parecer umas com as outras, por isso alguns pediatras até arriscam o diagnóstico apenas por um exame ocular como foi relatado pela mãe da aluna que foi objeto de estudo desta pesquisa.

González (2007) descreveu algumas características comuns como hipotonia muscular e traços morfológicos oriundos da deficiência intelectual. Também há outras como descreve Araújo (2007):

Inclinação da fenda das pálpebras; achatamento da parte traseira da cabeça; dobras nos cantos dos olhos; língua proeminente; ponte nasal achatada; orelhas menores; boca, mãos e pés pequenos; tônus muscular diminuído; pele na nuca em excesso e ressecada; pode apresentar a ausência de uma falange ou aumento dos espaços entre o primeiro e o segundo dedo e uma linha que cruza a palma da mão. As principais

alterações são: no coração, malformações gastrointestinais, imperfuração anal, doença de Hirschsprung. Apresentando também um grande índice de crianças com Síndrome de Down com leucemia e com diminuição da capacidade auditiva e visual.

Mas deve-se observar que como qualquer outra criança de desenvolvimento típico, as que nasceram com Síndrome de Down tem seu desenvolvimento diferenciado, tem identidade própria, tendo variações de humor, de limitações orgânicas, ou seja, não são todas iguais só porque são trissômicas. Voivodic (2008, p.48) afirma que: “O ser humano é muito mais que sua carga biológica, e é por meio de interações com o meio e da qualidade dessas interações, que cada indivíduo se constrói ao longo de sua vida.”.

Isso implica dizer que as crianças com Síndrome de Down assim como qualquer outra criança, precisam de estímulos, e quanto maior e significativo eles forem, melhor será o seu desenvolvimento.

2.3 A aprendizagem da criança com Síndrome de Down

As crianças com Síndrome de Down tem em seu histórico uma trajetória marcada pela discriminação, consideradas outrora como portadoras de uma doença que poderia ser tratada. Estudar então era uma possibilidade remota, já que eram vistas como incapazes de aprender, por isso, ficavam isoladas do mundo, impedidas de conviverem em sociedade, trancadas em casa e por vezes eram motivo de vergonha para os pais.

Porém, graças às discussões e legislações a respeito da inclusão, essas crianças agora tem a oportunidade que é dada a todos os cidadãos, que é o direito de aprender, de frequentar uma escola de ensino regular. Sabe-se, porém que esse direito implica em muitas mudanças na educação. Sobre isso, Mantoan (2006, p.16) alerta: “Se o que pretendemos é uma escola inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconheça e valorize as diferenças”.

Neste sentido entende-se que a discriminação a essas crianças é um fato vergonhoso que precisa ficar no passado. Se o que queremos, (e temos por obrigação enquanto cidadãos de querer), é uma educação aberta às singularidades, que prima pelo respeito ao outro sem impor condições, temos que saber reconhecer que cada aluno aprende segundo suas

capacidades, e principalmente, que um aluno com deficiências é capaz de aprender, de interagir, de opinar, de criar, ou seja, de construir conhecimentos.

O que é preciso considerar é que o aluno com trissomia 21 não aprende no mesmo tempo que as demais crianças, ele tem um ritmo próprio, é mais lento, mais dependente e precisa muito mais da atenção do professor. Essa atenção não se configura em estar perto dele o tempo todo, mas exige que esteja atento às individualidades dele ao se planejar as aulas. De acordo com Schwartzman (1999, p. 246):

O fato de a criança não ter desenvolvido uma habilidade ou demonstrar conduta imatura em determinada idade, comparativamente a outras com idêntica condição genética, não significa impedimento para adquiri-la mais tarde, pois é possível que madure lentamente.

Dessa forma, há que se aceitar que todo educando, em especial aqui o que possui Síndrome de Down, tem potencial para o aprendizado. É preciso sensibilidade para compreender que o desenvolvimento não é igual entre os sujeitos porque isso não depende somente de condições genéticas parecidas, mas também da influência que cada um terá do meio em que está inserido e dos indivíduos que fazem parte dele. Segundo Schwartzman (1999) a assimilação de conhecimentos pode ser rápida para alguns, normal para outros e bem mais lenta para outros, porém ela virá de acordo com as especificidades de cada pessoa.

Também é necessário considerar a importância da estimulação precoce. Qualquer ser humano precisa de estímulos exteriores para se desenvolver, e quanto mais cedo ele vier, melhor. Portanto, desde o nascimento as crianças com Síndrome de Down devem ser estimuladas no que se refere à linguagem, percepção auditiva e sensorial, cognição, psicomotricidade, memória e outras áreas importantes para o seu desenvolvimento. Para essas crianças, a interação é fundamental. “É necessário, porém romper com determinismo genético e considerar que o desenvolvimento das pessoas com Síndrome de Down resulta não só de fatores biológicos, mas também das importantes interações com o meio”. (VOIVODIC, 2008, P. 46).

Essa afirmação só confirma a influência da escola na vida dessas crianças, afinal depois do ambiente familiar, a escola é o espaço onde ela terá mais oportunidades de trocas de experiências, interagindo com pessoas adultas, os colegas de turma e os elementos materiais ali presentes.

Vygotsky (1997) também defende a ideia de que a interação com pessoas mais experientes promove a aprendizagem. Através da mediação do professor ou outro aluno mais experiente, a criança com Síndrome de Down recebe estímulos que contribuem para seu aprendizado. Portanto ela depende da proposta que a escola tem diante da inclusão. Se for tratada com indiferença, ficando alheia às atividades que são desenvolvidas com os outros alunos, ela nunca será capaz de descobrir e desenvolver suas habilidades. Mas com professores comprometidos com a proposta de uma escola inclusiva, com certeza o aluno com trissomia 21 é capaz de mostrar seu potencial, rompendo com as barreiras que são impostas a ele devido à síndrome. Essas dificuldades podem perdurar por toda a vida ou ser superada quando há estímulos adequados. A sua capacidade de concentração, por exemplo, de acordo com Alves (2007) é mínima, exigindo, pois dos docentes competência para desenvolver atividades que sejam interessantes e significativas e com pouco tempo de duração. Apesar de tantas responsabilidades serem atribuídas ao professor, não se pode esquecer que o primeiro lugar onde ocorrem as interações é no ambiente familiar. Vejamos, pois a seguir como elas acontecem.

2.4 O papel da família da criança com Síndrome de Down

É certo dizer que o ambiente familiar é primordial para o desenvolvimento de qualquer criança. É no seio familiar que a criança aprende desde o nascimento a ter uma visão de mundo. A família da criança com trissomia 21 é ainda mais importante, porque tem dupla missão. A primeira é romper com o preconceito e aceitar a criança com as limitações da síndrome. Conforme Boff e Caregnato (2008):

Quando os pais se defrontam com o fato de ter gerado uma criança com necessidades especiais, o filho sonhado passa a não existir. Neste momento, a família procura através dos profissionais de saúde uma explicação para as causas do problema; além disso, há a busca de uma resposta positiva em relação ao desenvolvimento do filho. Normalmente o profissional depara-se com a raiva que os pais sentem da situação e, frequentemente, do portador de más notícias, geralmente o médico ou o enfermeiro. Portanto, para realizar revelação do diagnóstico e orientar a família deve haver preparação acadêmica e psicológica na preparação dos profissionais e treinamento específico.

De acordo com esses autores, há uma grande frustração para os pais que imaginavam ter uma criança “perfeita” como os filhos de seus parentes, amigos ou vizinhos. Ficam

revoltados e querem uma explicação lógica dos médicos. Agem como se tivessem sido castigados por terem um filho de desenvolvimento atípico. Alguns chegam a rejeitar totalmente a existência daquele ser, principalmente o pai, que se sentindo culpado, vê sua masculinidade comprometida achando que não foi capaz de gerar uma criança “normal”. Isso se deve é claro principalmente pela falta de informação. Pensam que seu filho nunca irá se desenvolver, que não irá falar, andar, ter vida social, estudar. Preocupam-se com a rejeição que poderá sofrer, enfim, ficam desesperados. A capacitação médica nesse momento é muito importante para saber orientar estes pais, transmitir-lhes confiança em relação à capacidade de desenvolvimento desta criança e instruindo-lhes quanto às limitações que ela terá, porém apresentando-lhes formas de agir que irão ajudar o seu filho a minimizá-las e superá-las.

Após concluírem essa primeira missão que é superar a frustração, o medo e a insegurança com a chegada do filho com deficiência, vem a segunda missão que não é mais fácil, porém muito importante, porque dela depende o futuro desse filho. Essa missão é educar essa criança. É oferecer a ela os estímulos necessários para que possa conviver socialmente, apreender valores e frequentar uma escola. Novamente faz-se necessária a orientação médica para que a família saiba dar além de carinho e muito amor a este filho, condições de avanços cognitivos. O acompanhamento de especialistas da saúde é imprescindível para a evolução da criança com Síndrome de Down. Eles poderão ajudar, realizando um trabalho com esta criança e ensinando aos pais técnicas que ajudem no desenvolvimento motor, na linguagem e na sociabilidade. Esses profissionais podem ainda orientar os pais quanto aos direitos que esse filho tem de frequentar uma escola normalmente e receber ensino de qualidade como os outros estudantes.

Todavia, muitas famílias não buscam informações, não conseguem assistência médica e ficam estáticas, como se nada pudesse ser feito e o máximo que fazem é matricular o filho na escola, mas se esquivando totalmente de seus compromissos. Esquece-se que “é no seio da família que a criança terá suas primeiras experiências, sendo, portanto, esta a unidade básica de crescimento do ser humano e sua primeira matriz de aprendizagem”. (VOIVODIC, 2004).

Portanto, cabe à família a função de oferecer à criança oportunidades de interação, para que ela tenha condições de se relacionar com as demais pessoas com respeito e carinho. Ela deve ser a principal incentivadora através não só de palavras, mas, sobretudo de exemplos de cidadania, solidariedade, compromisso e honestidade.

2.5 A relação entre a família e a escola

De acordo com a Constituição Federal, no artigo 205, toda criança tem direito à educação e estabelece que é dever da família e do Estado garantir que esse direito seja gozado por todas elas em idade escolar . (BRASIL, 1998). Portanto, o Estado deve oferecer condições para que as crianças, sem exceções, tenham escolas com vagas disponíveis para estudarem, incluindo acessibilidade e docentes capacitados, para então garantir o que a lei cita como “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1998).

Com relação à família, esta além de matricular o filho também deve acompanhar de perto a sua vida escolar. Em se tratando de uma criança com desenvolvimento atípico, este acompanhamento precisa ser ainda mais contínuo, pois estas crianças necessitam de supervisão mais específica que compensem suas dificuldades. Dessa forma, a relação dos responsáveis pelo estudante com Necessidades Educativas Especiais e a escola precisa ser de parceria, confiança e diálogos frequentes para troca de informações e experiências, sempre visando a melhor aprendizagem do educando.

Não é raro encontrar nas escolas situações de alunos, cujos responsáveis não frequentam a instituição, a não ser quando são convocados. Ficam passivos diante da escolarização do filho, delegando à escola uma função que é sua.

Porém “... a família também é responsável pela aprendizagem da criança, já que os pais são os primeiros ensinastes e as atitudes destes frente às emergências de autoria, se repetidas constantemente, irão determinar a modalidade de aprendizagem dos filhos”. (FERNANDES, 2001, p.42).

A partir desta premissa fica evidente que a família precisa ser colaboradora da escola, visto que seus filhos se espelham em suas atitudes. Sendo assim, quanto mais cumplicidade existir entre os professores e os pais, mais confiança a criança terá no ambiente escolar, favorecendo então sua aprendizagem.

Mas devemos ponderar que a família da criança com Síndrome de Down, muitas vezes não se sente acolhida pela escola, principalmente se a matrícula do filho passou por um processo de imposição através de meios judiciais. Haja vista que algumas escolas negam a matrícula ao estudante com deficiência alegando falta de estrutura e docentes despreparados.

Diante deste contexto, os pais não confiam na instituição de ensino e se limitam a apenas cumprir com o dever de levar seu filho para a escola, sem interagir com a mesma.

Portanto a escola deve ter o cuidado de desenvolver estratégias que atraiam a participação dos pais em sua organização e tomada de decisões. Dessa forma, poderá contribuir para que haja uma relação harmoniosa com a família, relação esta que precisa estar pautada no respeito mútuo. O diálogo precisa ser constante para se resolverem os conflitos da melhor maneira, conhecer melhor o aluno, comparar e analisar seu comportamento em casa e na sala de aula buscando juntas estratégias que poderão ajudá-lo a desenvolver ao máximo suas potencialidades. A escola precisa estar pronta para receber as famílias e auxiliá-las em suas dificuldades com a criança com Síndrome de Down através de reuniões periódicas, palestras ou conversas que tenham caráter informativo, de aconselhamento e socialização.

2.6 Estratégias utilizadas pelos docentes no processo de ensino e aprendizagem de alunos com Síndrome de Down

Quando de fala em inclusão escolar, deve-se pensar na necessidade de adaptações curriculares que ela exige para ser efetiva. Destacam-se as estratégias de ensino utilizadas pelos professores na sala de aula, pois elas são facilitadoras da aprendizagem da criança com necessidades educativas especiais à medida que contribui para a construção do seu conhecimento. Estas estratégias quando pensadas como um recurso que visa à aprendizagem do educando com deficiência, se reverte em ações que são estabelecidas seguindo-se critérios que irão ajudar os alunos a aprender respeitando-se suas singularidades. De acordo com Mantoan (2006, p. 44):

As escolas que reconhecem e valorizam as diferenças têm projetos inclusivos de educação. Nesse sentido, elas contestam e não adotam o que é tradicionalmente utilizado para dar conta das diferenças nas escolas: os currículos passam por adaptações, e as atividades e os programas são facilitados para que as aprendizagens sejam reforçadas, ou mesmo aceleradas, em casos de defasagem idade/série escolar.

De acordo com Bordenave e Pereira (2007), as estratégias se referem à maneira como o professor desenvolve determinadas atividades, como ele utiliza as metodologias para que o ensino possibilite a aprendizagem significativa do educando.

A qualidade do conhecimento que será adquirido por uma criança com Síndrome de Down depende do nível de motivação que a escola e seus docentes irão oferecer a este

educando. Se houver o uso de estratégias baseadas nas diferenças de aprendizagem de cada criança, envolvendo a adaptação de recursos através de um trabalho didático organizado, com certeza irá contribuir para que esta criança avance e supere suas dificuldades.

Segundo Voivodic (2007) os conteúdos que serão trabalhados com os alunos com desenvolvimento típico, podem ser os mesmos que serão usados com os alunos com Síndrome de Down, porém as estratégias e o uso dos recursos precisam ser diferentes, pois são alunos com necessidades diferentes. Bissoto (2005) relata que é comum os professores usarem as mesmas técnicas de ensino para todos os alunos indiscriminadamente, desconsiderando o fato que cada um aprende de um jeito e em um ritmo próprio. Isso só revela uma situação de exclusão, onde as diferenças individuais não são tratadas com a atenção que merecem. Deste modo, entende-se que é fundamental que o professor seja um pesquisador para conhecer as limitações cognitivas destas crianças, entendendo seu ritmo de aprendizagem para então elaborar estratégias que atendam suas características particulares, respeitando suas diferenças individuais, pois sua aprendizagem não é do mesmo jeito, nem no mesmo tempo que da maioria dos alunos, mas com certeza é possível de acontecer.

2.7 A formação docente e a inclusão de alunos com Síndrome de Down

Todos os professores precisam ter conhecimento sobre o processo de ensino aprendizagem dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais, não deixando tal condição apenas para aqueles que atuam na educação especial. (MANTOAN, 2006, p.60). Segundo esta autora:

Uma das competências previstas para os professores manejarem suas classes é considerar as diferenças individuais dos alunos e suas implicações pedagógicas como a condição indispensável para a elaboração do planejamento e para a implantação de propostas de ensino e de avaliação de aprendizagem, condizentes e responsivas as suas características. [...] Escola é espaço de aprendizagem para todos.

Portanto, espera-se que o professor seja capaz de promover a construção de aprendizagens significativas através de um trabalho pautado na valorização das diferenças, reconhecendo que a diversidade na sala de aula, no que se refere à idade, sexo, etnia, língua, deficiência, classe social, estado de saúde precisa ser respeitada. Cada aluno tem suas

particularidades e por isso a educação precisa ser um processo dinâmico, com propostas de ensino coerentes com tais necessidades individuais. Para cumprimento destas premissas, faz-se necessário a formação continuada dos professores, pois estes têm demonstrado dificuldades e falta de preparo para promoverem o ensino com qualidade de todos os alunos. Deve haver uma prática reflexiva que não depende de imposições de leis para garantir a efetividade da inclusão, o professor por si mesmo, concebe a educação de qualidade como direito de todos.

Isso quer dizer que quando o professor possui a formação necessária dentro da perspectiva da escola inclusiva, ele tem condições de incluir um aluno com Síndrome de Down no contexto escolar, visto que conhece a deficiência, seus limites e a melhor forma de ajudar seu aluno a superá-los.

É importante que os professores adquiram capacitação através da realização de encontros contínuos sobre a educação como direito de todos, mas de forma que não se limite em teorias sem ações. É preciso que haja reflexão sobre a prática para então elaborar propostas de ensino que atenda a todos os alunos. (MANTOAN, 2006, P.103). Isso implica dizer que a prática do professor deve ser articulada com a teoria e vice versa. Sua profissão não pode ficar atrelada à ideia de sacerdócio ou vocação. É preciso investimento na carreira desse profissional para que seja capaz de desenvolver com competência o seu ofício. O planejamento adequado para alunos com deficiência depende da qualidade do conhecimento que ele possui. Sobre a importância dessa formação, Mantoan também afirma:

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico. (MANTOAN, 1997, p.120).

Entende-se, portanto que a escola deve sempre atualizar seus métodos de ensino para estar de acordo com as emergências do presente, atendendo satisfatoriamente as necessidades de todos os educandos que emergem a todo o tempo. Métodos ultrapassados, tradicionalistas, que segregam, devem ser banidos, pois impedem o avanço da educação. Por isso, os docentes devem receber formação continuada sistematicamente, para que sejam capazes de promover a aprendizagem a partir de contextos educacionais inclusivos.

3 OBJETIVOS

Objetivo geral

Analisar o processo de aprendizagem das crianças com Síndrome de Down nas séries iniciais, pela descrição das estratégias utilizadas pelos docentes no processo de ensino aprendizagem desses alunos.

Objetivos específicos

- Analisar como ocorre a inclusão e aprendizagem dos alunos com Síndrome de Down nas séries iniciais
- Refletir sobre as estratégias utilizadas pelos professores de alunos com Síndrome de Down nas séries iniciais.
- Verificar se há a adaptação das estratégias de ensino no processo de aprendizagem dos alunos com Síndrome de Down nas séries iniciais.

4 METODOLOGIA

4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia

Para alcançar o objetivo proposto neste trabalho de analisar os processos de aprendizagem das crianças com Síndrome de Down nas séries iniciais, pela descrição das estratégias utilizadas pelos docentes no processo de ensino aprendizagem desses alunos, adotou-se a abordagem qualitativa.

Segundo as autoras Maciel; Raposo (2010, p.83) “a pesquisa qualitativa não exige a definição de hipóteses formais. As hipóteses são momentos do pensamento do investigador comprometidos com o curso da investigação, as quais estão em constante desenvolvimento”. Dessa forma, estas autoras fundamentadas em Gonzáles – Rey (2005) afirmam que é possível construir o conhecimento através de uma relação dialógica entre os envolvidos que desenvolvem juntos as discussões sobre as questões que norteiam o tema da pesquisa.

Essa relação de diálogo foi construída neste trabalho durante as entrevistas realizadas. A entrevista, em caráter de abordagem qualitativa permite uma interação entre os sujeitos de forma que outras questões importantes são desencadeadas naturalmente durante a conversa, enriquecendo o conteúdo outrora proposto pelo pesquisador. Assim, é possível os participantes se expressarem livremente contribuindo de forma direta e indireta na pesquisa, mudando seu propósito inicial que não pode ser limitado. (MACIEL; RAPOSO, 2010).

4.2 Contexto da pesquisa

A presente pesquisa foi realizada numa escola municipal de Ipatinga que atende alunos do ensino fundamental I e II nos turnos matutino e vespertino. A escola tem como base a perspectiva inclusiva, reconhecendo a importância de se considerar as diferenças dos alunos diante do processo educativo, buscando a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas.

Atualmente estão matriculados os alunos com as seguintes Necessidades Educacionais Especiais: Síndrome de Down, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Deficiência Física. Os respectivos alunos frequentam a sala de aula regular no ensino fundamental I e no contra turno frequentam a Sala de Recursos Multifuncionais com o projeto AEE (Atendimento Educacional Especializado).

4.3 Participantes

Os participantes que contribuíram para essa pesquisa foram: uma aluna com sete anos (J.E.) que tem Síndrome de Down e frequenta a turma de primeiro ano no turno vespertino e o projeto AEE (Atendimento Educacional Especializado) duas vezes por semana no turno matutino.

Também participaram a mãe da aluna e as professoras: Regente (J.R.), de Linguagem (V.H.), de Apoio (I.S.) que é estudante de Pedagogia e professora do AEE (M.A.).

A sala de aula que a aluna frequenta possui vinte e três alunos. A aluna (J.E.) foi matriculada nesta escola aos cinco anos quando a escola oferecia pela primeira vez a modalidade cinco anos no ensino fundamental.

4.4 Materiais

Para a construção, organização e análise das informações, foram utilizados os seguintes recursos: papel A4, máquina fotográfica, celular, computador, impressora, livros, revistas, internet, termos de consentimento livre esclarecido.

4.5 Instrumentos de Construção de Dados

Os instrumentos produzidos para levantamento das informações foram: roteiros de entrevista para os professores e a família da aluna, diários de campo, roteiros para registros das observações feitas em sala de aula, na casa da aluna e na escola.

4.6 Procedimentos de Construção de Dados

A Escola Municipal V.F.S. é a instituição onde trabalho há oito anos e por isso tenho tido a oportunidade de acompanhar a construção de propostas com ações pedagógicas na intenção de tornar efetiva a inclusão. O critério de escolha dessa instituição se deve ao fato de ser meu local de trabalho desde que me graduei em Pedagogia. É uma escola considerada grande e atende alunos em sua maioria de baixa renda e com inúmeros problemas familiares. Neste contexto, a escola busca estar fundamentada em uma concepção inclusiva que garante o respeito à diferença.

Há que se considerar, porém, que esta escola está aberta para a inclusão e sempre recebe os alunos com deficiência de braços abertos. No entanto, isso não quer dizer que a mesma está preparada para receber estes alunos e desenvolver um ensino inclusivo como se deveria. A direção atual tem tentado fazer as adaptações no que tange à acessibilidade dos alunos com desenvolvimento atípico, contudo há predisposição e empenho dos professores e equipe diretiva para tentar fazer acontecer práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão.

A aluna J.E. foi escolhida por ter Síndrome de Down que é o caso que surge com mais frequência na escola e nem por isso é mais bem trabalhado. Por isso, escolhi as professoras que atuam este ano diretamente com esta aluna. Como já faço parte do cotidiano dessa escola, já conheço as queixas dos educadores a respeito das dificuldades de se incluir uma criança com Necessidades Educacionais Especiais no ensino regular. Sendo assim, as professoras participantes já tinham conhecimento da minha pesquisa e demonstraram interesse em colaborar com suas experiências, mesmo se sentindo inseguras para dar entrevistas.

O primeiro passo foi explicitar o objetivo da pesquisa para as professoras e a mãe da aluna e solicitar a sua autorização para usar as informações obtidas mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido. Dando sequência, houve o agendamento das entrevistas. Dias depois, foi possível realizar as entrevistas com as professoras seguindo-se um roteiro semiestruturado e áudio em celular. A entrevista com a família foi realizada na casa da mãe em caráter informal. O passo seguinte foi observar a aluna em sala de aula, focando em seu comportamento diante das atividades propostas e a postura da professora regente juntamente com a monitora (como é chamada a acompanhante). O registro foi feito a partir dos roteiros de observação, diários de campo, vídeos e fotografias.

4.7 Procedimentos de Análise de Dados

Os dados da pesquisa foram analisados a partir das informações obtidas nas entrevistas com as professoras, mãe da aluna e com as observações feitas na sala de aula. Para melhor organização, estes dados foram divididos em categorias de acordo com os objetivos deste trabalho e descritos em quadros com a síntese das respostas das entrevistadas. As discussões e o embasamento teórico foram realizados simultaneamente.

Assim, a análise e reflexão de todas as informações obtidas nesta pesquisa estão de acordo com as concepções que a escola apresenta hoje diante das perspectivas de uma educação inclusiva.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente capítulo trata da descrição dos dados e discussão dos resultados, desenvolvidos a partir das entrevistas semiestruturadas, diários de campo e observações da pesquisadora. Os dados foram selecionados e separados de acordo com os objetivos da pesquisa. Para sua análise, foram estabelecidas as seguintes categorias:

1- Formação continuada dos professores que trabalham com alunos com NEE (Necessidades Educativas Especiais)

2-As perspectivas dos professores com relação à inclusão da aluna com Síndrome de Down no ensino regular - pontos positivos e negativos

3-A visão da família sobre o processo de inclusão da filha com Síndrome de Down no ensino regular

4- Descrições das estratégias de ensino para a aprendizagem da aluna com Síndrome de Down

A seguir, a primeira categoria trata da questão da formação docente, que de acordo com as teorias pesquisadas, é fundamental para a efetivação da inclusão escolar e por isso norteou os objetivos deste trabalho.

5.1-Formação continuada dos professores que trabalham com alunos com NEE (Necessidades Educativas Especiais)

Partindo da premissa de que o professor é o mediador no processo de aprendizagem e que as suas estratégias de ensino influenciam diretamente seus educandos na construção de seu conhecimento, sobretudo daqueles com necessidades educativas especiais, foram realizadas entrevistas com três professoras e uma monitora de apoio que trabalham diretamente com uma aluna que tem Síndrome de Down na Escola Municipal V.F.S. de ensino regular. Elas serão representadas pelas iniciais de seus nomes:

J.R.: Professora Regente

M.A.: Professora do AEE (Atendimento Educacional Especializado)

V.H: Professora de Linguagem

I.S.: Monitora de Apoio

Quadro 1 - Perfil acadêmico das professoras

Professoras	Formação acadêmica	Curso de especialização	Tempo que atua na educação	Jornada de trabalho
J.R	<i>“Pedagogia”</i>	<i>“Pós em Gestão administrativa da Educação”</i>	<i>“18 anos”</i>	<i>“20 horas”</i>
M.A	<i>“Pedagogia”</i>	<i>“Tutora para EAD/Educação Especial”</i>	<i>“28 anos”</i>	<i>“40 horas semanais”</i>
V.H	<i>“Licenciatura Normal Superior”</i>	<i>“não”</i>	<i>“22 anos”</i>	<i>“40 horas semanais”</i>
I.S	<i>“Estudante de pedagogia”</i>	<i>“não”</i>	<i>“06 meses”</i>	<i>“30 horas”</i>

Conforme os dados do quadro 1, constatou-se que as professoras possuem graduação na área da Educação, sendo que a Monitora de Apoio ainda está cursando Pedagogia. Percebe-se, com isso, que as professoras têm experiência em sala de aula, considerando que lecionam há mais de quinze anos. Entretanto, apenas uma delas possui curso de especialização na área de Educação Especial. Em conversa com a professora que não possui pós-graduação, foi-lhe perguntado sobre o motivo pelo qual não tinha especialização em Educação Especial ou outro curso e ela disse que já tinha tentado fazer uma Pós- Graduação de Psicopedagogia, mas não conseguiu concluir.

O fato não muito raro de os professores não terem formação continuada na área da Educação Especial, Educação Inclusiva ou Atendimento Educacional Especializado tem contribuído para que estes percebam a inclusão escolar como um desafio muito além de sua competência. De acordo com Bueno (1999), “dentro das atuais condições da educação brasileira, não há como incluir crianças com necessidades educativas especiais no ensino

regular sem apoio especializado, que ofereça aos professores dessas classes, orientação e assistência”. Ou seja, para que um aluno com NEE seja incluído numa escola de ensino regular, os docentes precisam estar preparados para realizarem um trabalho adequado com a diversidade em sala de aula. Sobre isso, Bueno (1999, p.157) também fala que:

A eterna indefinição sobre sua formação, aliada a fatores macrossociais e política educacionais, tem produzido professores com baixa qualidade profissional. O que se deve ter em mente é que, para a inclusão de crianças deficientes no ensino regular, há que se contar com professores preparados para o trabalho docente que se estribem na perspectiva de diminuição gradativa da exclusão escolar e da qualificação do rendimento do alunado, ao mesmo tempo em que, dentro dessa perspectiva, adquiram conhecimentos e desenvolvam práticas específicas necessárias para a absorção de crianças deficientes evidentes.

Neste sentido, pode-se afirmar que através da formação continuada, o professor adquire conhecimentos teóricos e práticos necessários para o desenvolvimento de ações inclusivas que irão fundamentar seu trabalho, visto que ao receber a capacitação necessária ele aprende a enxergar o educando com desenvolvimento atípico não apenas sob a perspectiva de suas limitações, mas aprende principalmente a considerá-lo como um ser muito capaz e a desenvolver atividades que contribuam para o seu desenvolvimento global.

5.2 As perspectivas dos professores com relação à inclusão da aluna com Síndrome de Down no ensino regular - pontos positivos e negativos

Baseado no entendimento de que o professor é o principal articulador do processo de inclusão de uma criança com Necessidades Educativas Especiais na escola comum, procurou-se saber o que as professoras entrevistadas pensam sobre a inclusão de crianças com Síndrome de Down no ensino regular apresentando aspectos que elas consideram como positivos e negativos (quadro 2) e se elas consideram possível alfabetizá-las, apontando quais os desafios a serem superados (quadro 3).

Quadro 2- Inclusão de alunos com Síndrome de Down na rede regular de ensino:

Pontos positivos e pontos negativos

Professoras	Pontos positivos da inclusão	Pontos negativos da inclusão
J.R	<i>“É importante devido à convivência com outras crianças em situações diversas e para o seu desenvolvimento social e cognitivo”. (trecho transcrito da entrevista, 12/09/15).</i>	<i>“Na escola, eu vejo que o espaço físico e o material didático pedagógico são ineficazes”. “Não me sinto preparada, fico apreensiva e ansiosa querendo que esta aluna se desenvolva no mesmo tempo que os outros alunos, mas sei que isso é impossível”. (trecho transcrito da entrevista, 12/09/15).</i>
M.A	<i>“É a interação com colegas, professores, com a escola de forma geral, socialização, é o aprender com a convivência com todos”. (trecho transcrito da entrevista, 12/09/15).</i>	<i>“Discriminação; não aceitar as potencialidades deste aluno; falta de um acompanhamento individualizado em alguns casos; falta de acompanhamento de outros profissionais como fonoaudiólogo, terapeuta, fisioterapeuta”. (trecho transcrito da entrevista, 12/09/15).</i>
V.H	<i>“A criança tem a oportunidade de interagir e imitar os colegas”. (trecho transcrito da entrevista, 07/10/15).</i>	<i>“É difícil envolver a criança especial em todas as atividades e então ela fica dispersa”. (trecho transcrito da entrevista, 07/10/15).</i>
I.S	<i>“O aluno se relaciona e interage com outras crianças”. (trecho transcrito da entrevista, 12/09/15).</i>	<i>“A sala de aula não tem espaço físico e material didático pedagógico para o atendimento específico para atender todas as necessidades do aluno com</i>

		<i>Síndrome de Down</i> ". (trecho transcrito da entrevista, 12/09/15).
--	--	---

Em relação à inclusão, todas as entrevistadas apresentaram suas perspectivas, destacando os pontos positivos e negativos conforme mostra o quadro 2. Os pontos positivos citados por elas foram bem parecidos, pois se referem à inclusão da aluna com Síndrome de Down como uma oportunidade de interação com outras crianças. A professora J.R. atribui a convivência com outras crianças ao desenvolvimento social e cognitivo de alunos com desenvolvimento atípico.

Sobre a importância da interação social, Moreira (1995) cita Vygotsky afirmando que “o desenvolvimento cognitivo do aluno se dá por meio da interação social, ou seja, de sua interação com outros indivíduos e com o meio”.

Segundo a professora V.H. uma criança com Síndrome de Down aprende também por imitação, pois observa as ações dos colegas e as repete. Conforme o que diz Vigotsky (2001):

[...] O desenvolvimento decorrente da colaboração via imitação, que é a fonte do surgimento de todas as propriedades especificamente humanas da consciência, o desenvolvimento decorrente da imitação é o fato fundamental. Assim, o momento central para toda a psicologia da aprendizagem é a possibilidade de que a colaboração se eleve a um grau superior de possibilidades intelectuais, a possibilidade de passar daquilo que a criança consegue fazer para aquilo que ela não consegue por meio da imitação. Nisso se baseia toda a importância da aprendizagem para o desenvolvimento, e é isto o que constitui o conteúdo do conceito de zona de desenvolvimento imediato. A imitação, se concebida em sentido amplo, é a forma principal em que se realiza a influência da aprendizagem sobre o desenvolvimento. (VIGOTSKI, 2001a, p. 33).

Entende-se, portanto que a criança com desenvolvimento atípico é capaz de aprender ao imitar as ações de um indivíduo mais experiente que compartilhe com ela seus conhecimentos.

Foram apontados como pontos negativos da inclusão da criança com Síndrome de Down pela professora J.R e a monitora de apoio I.R, a insuficiência de materiais didáticos e espaço físico inadequado. Segundo elas, o ideal seria uma sala de aula mais ampla com

variedade de recursos à disposição com ambientes lúdicos, de forma que toda a turma tivesse acesso para brincar junto com a aluna com Necessidades Educativas Especiais.

De acordo com a Resolução CNE/CEB Nº 2, as escolas devem se organizar para atender os alunos com desenvolvimento atípico de forma adequada em consonância com suas necessidades. Porém conforme relatado pelas professoras, há algum investimento somente na sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado), enquanto que a sala de aula regular permanece sem nenhuma adaptação.

A professora J.R mencionou também que não se sente preparada para trabalhar com uma criança com Síndrome de Down, o que gera em si ansiedade quanto à aprendizagem da mesma. Sobre a importância da formação docente, já tratamos no capítulo 2 deste trabalho e vimos que a falta de conhecimento do professor acerca da deficiência do aluno especial, impede que ele desenvolva estratégias de ensino adequadas que são fundamentais para o desenvolvimento do educando.

Foram citados ainda como pontos negativos, agora pela professora M.A, a discriminação e falta de acompanhamento de especialistas. Sobre a discriminação, sabe-se que ainda é um entrave a ser superado no ambiente escolar, pois apesar de estarem matriculados no ensino regular, muitos alunos com desenvolvimento atípico sofrem preconceitos até mesmo dos professores, sendo rotulados como incapazes de aprender. Tal comportamento vai contra o texto do Decreto nº 3.956/2001 que embasado na Convenção de Guatemala afirma que as pessoas com deficiência devem ser tratadas com o mesmo respeito que as outras com desenvolvimento típico e por isso não devem passar por nenhum tipo de constrangimento ou atitude discriminatória em virtude de sua deficiência.

Sobre a falta de acompanhamento com especialista relatado pela professora M.A, de acordo com informações do site da APAE de Nova Friburgo no Rio de Janeiro, as crianças com Síndrome de Down estão propícias a alguns problemas de saúde como, por exemplo, malformação cardíaca, mal formação do intestino, deficiência imunológica, problemas respiratórios, problemas de visão e audição, problemas odontológicos. Por isso é muito importante que recebam tratamento médico adequado, pois com certeza todos esses problemas afetam diretamente ou indiretamente a aprendizagem desta criança.

A professora V.H destaca como aspecto negativo da inclusão, a dificuldade em envolver a criança com Necessidades Educativas Especiais nas atividades. Esse aspecto será

analisado quando tratarmos na categoria a seguir sobre as estratégias de ensino favoráveis à criança com trissomia 21.

No próximo quadro é apresentada a opinião das professoras no que se refere à alfabetização de uma criança com Síndrome de Down no ensino regular.

Quadro 3- Possibilidades de alfabetização da aluna com Síndrome de Dow

Professoras	É possível alfabetizar uma criança com SD no ensino regular?
J.R	<i>“Acho que é possível se tiver uma monitora e o acompanhamento da família e de especialistas, principalmente fonoaudióloga e fisioterapeuta. A professora sozinha em sala de aula, com uma criança com Síndrome de Down com essa faixa etária é muito difícil, pois ainda não consegue assimilar as regras, não consegue se concentrar ficar muito tempo sentada sozinha na cadeira dela”.</i> (trecho transcrito da entrevista, 12/09/15).
M.A	<i>“É possível desde que essa criança tenha um acompanhamento individualizado, com atividades diversificadas e um acompanhamento extraclasse, pois todos aprendem e se desenvolvem cada um no seu tempo. É preciso que ela seja sempre estimulada, apesar das limitações da escola em recursos materiais e humanos”.</i> (trecho transcrito da entrevista, 12/09/15).
V.L	<i>“Eu acredito na capacidade de aprendizagem da aluna com Síndrome de Down em longo prazo, mas contando com a ajuda de uma monitora de apoio, não para fazer as atividades para ela, mas pra auxiliá-la”.</i> (trecho transcrito da entrevista, 07/10/15).
I.S	<i>“Acho possível com a ajuda de monitor de Pedagogia como no meu caso, porque vejo que o desenvolvimento e aprendizagem da aluna jamais teriam os resultados sem o acompanhamento individual. Acho que o mais adequado é que ela estivesse inserida em escola especial.”</i> (trecho transcrito da entrevista, 12/09/15).

Analisando-se o quadro 3, é possível dizer que todas as professoras acreditam que é possível alfabetizar uma criança com Síndrome de Down no ensino regular, neste caso a aluna J.E. No entanto, todas foram enfáticas ao citar condições para esse processo, como a

necessidade do professor de apoio ou de um monitor para um acompanhamento individualizado, o acompanhamento extraclasse e de especialistas e ainda o apoio familiar.

Em observações feitas pela pesquisadora na sala de aula, percebeu-se que a referida educanda criou um vínculo muito forte com a monitora de apoio e tornou-se bastante dependente da mesma, tanto que antes de realizar uma atividade, primeiro olha para ela, como se pedisse sua autorização para fazê-la ou esperasse sua iniciativa de lhe demonstrar como fazer. Já no Atendimento Educacional Especializado, onde não há a presença da monitora, a aluna demonstra mais autonomia, mais liberdade, é como se ali tudo pertencesse a ela.

Porém, há que se considerar que no AEE ela está em um ambiente todo preparado para acolhê-la, com os jogos bem coloridos que ela gosta à sua disposição, os computadores que ela gosta tanto de usar e a professora que é bem cativante à sua espera. Também não há as formalidades da sala de aula, como carteiras enfileiradas, cadernos e a presença de tantos colegas participando da aula com atividades diferentes da sua, pois na Sala de Recursos seu atendimento é na maior parte do tempo individual e com atividades especiais para suas necessidades e que ela já conhece e se sente capaz de realizar.

O Atendimento Educacional Especializado, segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), é um serviço da educação especial que “... identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”. (SEESP/MEC, 2008). E ainda, a Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009 assegura:

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. Parágrafo único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na educação àqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços. (CEB/CNE, 2009).

A aluna J.E. tem, pois, o direito ao acesso à educação assegurado por Lei, pois está matriculada no Atendimento Educacional Especializado que é ofertado pela escola e o frequenta duas vezes por semana. Segundo a professora M.A., que é a responsável pelo atendimento, é possível que ela seja alfabetizada, levando-se em consideração que cada um aprende no seu tempo, visto que o AEE lhe proporciona atividades diversificadas e específicas para suas necessidades educacionais com estímulos adequados.

A professora regente J.R. queixou-se que: “... *sozinha em sala de aula, com uma criança com Síndrome de Down com essa faixa etária é muito difícil, pois ainda não consegue assimilar as regras, não consegue se concentrar ficar muito tempo sentada sozinha na cadeira dela*”. Em outro momento, em que a pesquisadora esteve em sua sala de aula e fez o registro em diário de campo, a educadora relatou que “*no início do ano quando ainda não tinha a acompanhante, eu não conseguia dar aula direito, pois a aluna J.E. ficava muito agitada, saía da sala e andava pela escola o tempo todo e dispersava toda a turma. Muitas vezes era preciso trabalhar com a porta da sala fechada para evitar que ela fugisse. Outras vezes fazia “xixi” na sala porque não conseguia chegar ao banheiro a tempo*”.

Através deste relato, entende-se sua afirmativa sobre a necessidade da presença de uma professora de apoio, pois não tem condições de deixar os outros alunos de seis anos sozinhos na sala para ficar procurando a aluna J.E. pelas dependências da escola.

Sobre o monitor de apoio, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de janeiro de 2008 atesta que:

Art. 10. O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização: VI – outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção; Parágrafo único. Os profissionais referidos no inciso VI atuam com os alunos público alvo da Educação Especial em todas as atividades escolares nas quais se fizerem necessários.

Porém, é preciso ressaltar que a monitora não é a professora titular (regente) da turma, por isso não deve assumir a responsabilidade de aprendizagem da educanda, mas participar dela, visto que, geralmente, não possui formação acadêmica para tal função. A professora

regente é quem articula esse processo, devendo trabalhar em conjunto com a monitora, para juntas proporcionarem à aluna todo o apoio necessário, bem como oportunizar situações que despertem seu interesse, interação e participação nas atividades. Cabe aqui salientar que o bom desenvolvimento da criança com Síndrome de Down também depende do acompanhamento familiar e de equipe multidisciplinar para tratar os problemas decorrentes da síndrome que não são de responsabilidade dos profissionais da escola.

5.3- A visão da família sobre o processo de inclusão da filha com Síndrome de Down no ensino regular

Considerando-se a importância do papel da família no processo de inclusão escolar, foi realizada entrevista com a mãe da aluna J.E com o intuito de conhecer as suas concepções a respeito da inclusão da filha no ensino regular. Portanto, o quadro 5 vem trazendo a opinião da mãe G.I a propósito deste processo.

Quadro 4 – O processo de inclusão da aluna J.E com Síndrome de Down na perspectiva da mãe

Mãe da aluna	Como foi o processo de inclusão da J.E no ensino regular	O que a família faz para estimular seu desenvolvimento fora da escola	Como é o relacionamento da família com a escola
G.I	<i>“A J.E frequentou a APAE até os cinco anos, depois o médico nos recomendou matriculá-la numa escola normal para ela desenvolver mais porque era muito esperta. Ela se adaptou muito bem</i>	<i>“Nós brincamos bastante com ela, conversamos, levamos ela pra passear e damos muito carinho”.</i> (trecho transcrito da entrevista, 01/10/15).	<i>“Eu gosto muito das professoras, elas conversam bastante comigo sobre a J. E, me falam sobre o desenvolvimento dela, o que ela está aprendendo como: conhecer as vogais, os números, o colorido. Elas</i>

	<p><i>na escola, foi bem recebida por todos e nunca sofreu preconceitos de ninguém. No início eu ficava na escola o tempo todo porque ela ainda usava fraldas e tinha que esperar a prefeitura contratar uma monitora. Depois de uns três meses a monitora chegou. Agora este ano ela já começou sendo acompanhada por outra monitora desde o início”.</i> (trecho transcrito da entrevista, 01/10/15).</p>		<p><i>também me orientam a procurar uma fonoaudióloga pra ela”.</i> (trecho transcrito da entrevista, 01/10/15).</p>
--	---	--	--

Analisando-se os relatos da mãe G.I no quadro 4, é possível afirmar que o processo de inclusão da aluna com Síndrome de Down ocorreu de forma satisfatória, visto que não houve resistência por parte da instituição pelo fato de não ter uma monitora de apoio. A família juntamente com a escola encontrou como solução a presença da mãe como acompanhante por um período, devido ao fato de a menina não ter ainda controle dos esfíncteres. Tal medida impediu que a criança fosse privada do seu direito constitucional de frequentar a escola de ensino regular.

Ainda segundo a mãe, em casa a criança recebe estímulos como qualquer outra criança, como carinho, atenção e lazer. Tendo em vista que é no ambiente familiar que a criança aprende primeiro e se desenvolve (VOIVODIC, 2004), é fundamental que esse

ambiente seja estimulador, contribuindo para que essa criança tenha condições reais de conviver em sociedade, através do desenvolvimento de sua autonomia, ou seja, de sua capacidade de resolver problemas de forma independente.

A mãe da aluna também declarou ter ótimo relacionamento com a escola, de diálogo constante sobre a aprendizagem da filha e diz receber orientações sobre a necessidade que a criança tem de receber atendimento com fonoaudióloga.

É de suma importância que a relação entre família e escola seja cada vez mais integradora. É necessário que haja colaboração mútua, ultrapassando as barreiras da desconfiança e reprovação que por vezes surgem em ambas as partes. A escola acusa a família de omissão e a família por outro lado reclama que não é ouvida em suas concepções e necessidades. (COLL, et al 2010, p. 343) É preciso haver concordância entre ambas para que o melhor seja feito no que tange a educação do aluno. A participação da família é fundamental para que a escola conheça melhor o educando e desenvolva com ele um trabalho mais adequado. Da mesma forma, quando a família é ativa no contexto escolar, ela é orientada sobre a melhor maneira de estimular seu filho. Essa relação de trocas, mediada pelo diálogo, possibilita o avanço da criança em todos os aspectos de seu desenvolvimento.

5.4 Descrições das estratégias de ensino utilizadas para a aprendizagem da aluna com Síndrome de Down

Quando se fala em inclusão, os professores precisam ter o entendimento que ela não se resume em inserir um aluno com necessidades educativas especiais na sala de aula e continuar planejando as aulas normalmente, como se tivesse uma turma homogênea, onde se espera que todos os alunos aprendam do mesmo jeito e ao mesmo tempo. É necessário repensar, reinventar e promover um currículo no qual a valorização das diferenças seja o principal critério para a elaboração de propostas pedagógicas que atendam às necessidades de todos os alunos, contemplando suas especificidades. Nesse sentido, os docentes devem procurar pautar sua prática pedagógica, no planejamento de atividades que serão aplicadas com estratégias singulares.

Partindo dessa premissa, buscou-se conhecer quais as estratégias de ensino que as professoras da aluna com Síndrome de Down utilizam para sua aprendizagem. Seus relatos estão descritos no quadro a seguir

Quadro 5- Estratégias de ensino utilizadas pelas professoras com a aluna com Síndrome de Down

Professoras	Estratégias de ensino utilizadas
J.R	<i>“Trabalho principalmente a oralidade, pois é a área que ela tem mais comprometimento e que dificulta sua aprendizagem. Então uso muito jogos orais de alfabetização e matemática. Eu e a monitora de apoio, orientadas pela professora da Sala de Recursos, planejamos atividades que explorem a linguagem como: pronúncia das vogais, participação em rodinhas e músicas. Também fazemos atividades em grupos”.</i> (trecho transcrito da entrevista, 12/09/15).
M.A	<i>“Trabalho com ela duas vezes por semana no AEE (Atendimento Educacional Especializado), e divido esse atendimento em dois momentos. O primeiro momento dura uns trinta minutos com atividades em grupo com alunas que possuem deficiência intelectual. Nesse período, utilizo jogos que às vezes são os mesmos das outras colegas, como encaixes e quebra- cabeças, porém os objetivos e as intervenções são diferentes. Em seguida temos o segundo momento que é individual. Trabalho principalmente atividades que desenvolvam a fala como: repetir músicas ouvidas, pronunciar vogais, letras e números, reconto de histórias ouvidas. Trabalho também com outros jogos de percepção auditiva; coordenação motora fina, manuseio de objetos. Faço muito também o uso das tecnologias: o computador, que auxilia muito nessa questão do desenvolvimento dela como um todo, na fala que ela está precisando e mais na questão também da coordenação motora e no desenvolvimento intelectual. Todas as atividades, geralmente eu explico primeiro como realizar, faço a demonstração e depois deixo a aluna tentar sozinha. Após isso, faço junto com ela fazendo as devidas intervenções. Estou sempre motivando a aluna, respeito seus limites e mudo de atividade quando perde o interesse. Planejo umas quatro atividades dirigidas e deixo uma livre para quando ela se cansar”.</i> (trecho transcrito da entrevista, 12/09/15).
V.H	<i>“Na disciplina Linguagem eu trabalho muito a oralidade e o lúdico, por isso não vejo necessidade de planejar separado para a aluna com Síndrome de Down. Quando vou trabalhar uma música, ela participa com os outros colegas cantando, do jeito dela, fazendo gestos. Se é uma poesia, ela participa da dramatização. Quando tem registro escrito de alguma história ou outra atividade, ela o faz através de colorido ou desenho livre. Se tem alguma coisa pra recortar, a monitora de apoio ajuda. Como muitas vezes ela não demonstra interesse pelas atividades, para envolvê-la, às vezes procuro pedir que seja minha ajudante e me ajude na entrega de materiais para os colegas”.</i> (trecho transcrito da

	entrevista, 07/10/15).
I.S	<i>“Eu trabalho com a J.E. de forma bem individualizada com as atividades que foram planejadas com a professora regente. Eu me sento do lado da aluna no fundo da sala a pedido da professora porque senão ela não fica quieta e não deixa os colegas quietos também. Trabalhamos a visualização das vogais e dos números com atividades diversas. Exploramos o desenvolvimento da linguagem através do trabalho com os sons por meio da pronúncia das vogais e números, a coordenação motora por meio de colagem, pintura, papel rasgado, modelagem. Trabalho as vogais separadamente em tamanhos grandes para colorir e associar, riscar no chão do pátio e pronunciar em voz alta”.</i> (trecho transcrito da entrevista, 12/09/15).

Refletindo sobre as respostas apresentadas no quadro 4 das docentes entrevistadas, pode-se dizer que há certa harmonia entre as atividades trabalhadas por elas para o desenvolvimento da aluna com Síndrome de Down. No entanto, as estratégias não são as mesmas.

As professoras J.R. e I.S que trabalham em parceria com a professora M.A. do AEE utilizam muito os momentos coletivos de rodinha e também momentos individuais para explorar a oralidade da educanda, cantando músicas, estudando os sons das letras e números e brincando com jogos orais de alfabetização, exploração dos sons e conceitos matemáticos. A educadora J.R. comentou que a linguagem da criança é defasada e já havia relatado que a mesma não tem nenhum acompanhamento de especialista.

A estratégia das professoras em estimular a linguagem da estudante contribui muito para seu aprendizado, pois a criança com Síndrome de Down, segundo Benatti (1989), possui particularidades em seu desenvolvimento motor e das funções mentais que comprometem a linguagem.

[...] alterações na arcada dentária, projeção maxilar inferior e posição inadequada da língua e dos lábios, com a boca aberta e a língua sempre para fora, o que acaba alterando a forma do céu da boca. Esses fatores, dentre outros, fazem com que os movimentos fiquem mal coordenados e a articulação dos fonemas imprecisa e prejudicadas. (BENATTI, 1989, p 3)

O ideal seria que essa criança tivesse tido, desde bebezinha, os estímulos orais necessários através de um fonoaudiólogo, isso faria com que diminuísse sua dificuldade em articular as palavras e conseqüentemente facilitaria sua aprendizagem.

Outra estratégia citada pela professora J.R. que também é utilizada pelas professoras M.A e I.S para o desenvolvimento da estudante é o trabalho em grupo. Geralmente são feitas oficinas com jogos de alfabetização e jogos matemáticos.

Sabe-se que a brincadeira oferece uma infinidade de benefícios ao desenvolvimento global da criança, por isso, é muito importante que o professor utilize o jogo como um facilitador da apreensão dos conteúdos pelo aluno. Segundo Negrini (1994, p.19):

As contribuições das atividades lúdicas no desenvolvimento integral indicam que elas contribuem poderosamente no desenvolvimento global da criança e que todas as dimensões estão intrinsecamente vinculadas: a inteligência, a afetividade, a motricidade e a sociabilidade são indispensáveis, sendo a afetividade a que constitui a energia necessária para a progressão psíquica, moral, intelectual e motriz da criança.

Enquanto joga, a criança é estimulada a pensar, raciocinar logicamente, criar, descobrir e inventar estratégias, resolver conflitos, assimilar e respeitar regras, enfim, ela desenvolve diferentes áreas do conhecimento de forma prazerosa.

A professora M.A. destaca em seu relato a relevância dos jogos, usando também as tecnologias dos softwares educativos no computador. Segundo ela, além dos jogos que confecciona para a aluna, também utiliza aqueles que vêm para a escola para serem usados especialmente na sala de recursos. Mas consegue mais resultados com os jogos no computador, devido ao interesse que a aluna J.E. demonstra. E realmente, nas observações feitas à aluna no projeto AEE, foi notável o seu entusiasmo para brincar nos jogos propostos pela professora, demonstrando inclusive muito mais interesse do que pelos jogos de mesa, atividades livres ou de reconto de histórias que aconteceram no mesmo dia.

Tanto os trabalhos com atividades em grupo usando material concreto, quanto os trabalhos com jogos diversos, são estratégias que só tem significado com a intervenção sistemática do professor, que deve conduzir a atividade com o intuito de provocar no aluno a capacidade de construção própria do conhecimento.

Outras estratégias usadas também pela professora do AEE é técnica de repetição das ações, usada para ativar a capacidade de memorização e a imitação da aluna. Primeiro ela faz a demonstração da atividade para que posteriormente a educanda tente sozinha se lembrando

do que foi observado.

A educadora também explica que se deve trabalhar com poucas atividades por vez e diversificadas, tendo os objetivos de cada uma bem definidos. Ela ressalta que é preciso respeitar o limite da criança, sabendo o momento de mudar de atividade e deixá-la brincar livremente.

Entre as professoras entrevistadas, somente a professora V.H., responsável pela disciplina de Linguagem, disse que não usa estratégias diferenciadas para a aluna com necessidades educativas especiais. Ela reconhece que não planeja nenhuma atividade pensando nas especificidades desta aluna, acredita que por trabalhar muito com a oralidade, não há necessidade de adaptação. A disciplina Linguagem foi inserida neste ano nas escolas somente para as turmas de seis anos, substituindo o cargo de Terceiro Professor que foi adotado no ano anterior. A professora V.H descreveu seu trabalho dizendo que a aluna participa de sua aula quando ela canta, dramatiza ou colore, mas não há o planejamento de atividades pensando na sua deficiência.

Ao analisar o relato da educadora, torna-se compreensível o fato da aluna estar sempre dispersa em sua aula e não demonstrar interesse pelas atividades, pois não são oferecidas a ela atividades que a motivem, há apenas atividades aleatórias para ocupar seu tempo. Havendo ociosidade, a distração e desinteresse é a reação mais comum para qualquer aluno. Percebe-se que a educadora ignora ou tem dificuldades em priorizar as necessidades educativas especiais da aluna no momento do seu planejamento. Segundo Perrenoud (2001), é necessário que o professor se preocupe em adaptar estratégias às necessidades dos alunos com os quais trabalha. Ele precisa antes de tudo querer se preocupar, pois tal ação demanda tempo, pesquisa e boa vontade. Ele precisa sair de sua zona de conforto, se esforçar mais, estudar com afinco, utilizar mais de seu tempo para o aprendizado de um único aluno em especial. Essa predisposição vai muito além da formação continuada. Ela exige entre outras coisas a conscientização de cada docente, a mudança interior no modo de pensar e conceber a educação entendendo que ela é para todos, sem exceção.

Conclui-se assim que a criança com Síndrome de Down tem sua capacidade de aprendizagem condicionada ao bom trabalho do professor. Ela precisa que os docentes, todos eles, se preocupem em elaborar atividades que sejam pertinentes à suas dificuldades e que vão ajudá-lo a superá-las. As adaptações curriculares e o desenvolvimento de estratégias diferenciadas precisam ser considerados pelo professor para que a educação seja realmente um direito de todos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão no ensino regular de crianças com Síndrome de Down assim como outras deficiências, ainda é um processo pelo qual a comunidade escolar está gradativamente aprendendo a promover. A construção desse processo implica na mudança de paradigmas, sobretudo de concepções tradicionais da própria escola, cujos professores são um dos principais articuladores nesse cenário de leis, decretos, resoluções, enfim, de discussões que são realizadas em busca de uma sociedade mais inclusiva, onde as diferenças precisam ser respeitadas e as leis cumpridas.

No decorrer desta pesquisa, pode-se confirmar que a falta de capacitação dos professores para a educação inclusiva é uma realidade no meio educacional, porém não pode ser vista como uma barreira intransponível, haja vista que muitos professores já se conscientizaram de sua importância para que este processo se concretize.

É importante dizer que a escola está avançando no sentido de se apropriar dos conceitos inclusivos e torná-los em ações e práticas que favoreçam a convivência com a diversidade. Pode-se constatar que os professores ainda que não se sintam totalmente preparados para a inclusão, e realmente não estão, não deixam de tentar assistir ao aluno com desenvolvimento atípico da melhor maneira. Buscam junto aos colegas que possuem mais conhecimentos e práticas acerca da educação especial, as informações que poderão contribuir para um fazer pedagógico que valorize as diferenças entre os estudantes. A maioria já conseguiu se desprender de preconceitos que excluam o aluno com Síndrome de Down, considerando-o como incapaz de construir seu aprendizado. Conseguem compreender que são alunos com grande potencial a ser desenvolvido e desde que sejam estimulados adequadamente tem total capacidade de aprendizagem.

O compromisso, o envolvimento, a dedicação e a participação da família também é um aspecto muito importante a ser considerado nesse processo, pois sua parceria com a escola é essencial para a efetiva inclusão. O bom relacionamento entre a família e a instituição, através de diálogos constantes e trocas de experiências, resultam em um trabalho de cooperação, interligados pela confiança mútua em que o desenvolvimento das potencialidades do aluno com Síndrome de Down e o sucesso de sua aprendizagem são objetivos comuns.

É preciso que as reivindicações pelo cumprimento das leis que garantem a inclusão continuem e que a escola também cumpra com seu papel, garantindo que o conceito de

inclusão seja contemplado no Projeto Político Pedagógico, possibilitando as adaptações curriculares necessárias para que o professor possa desenvolver estratégias de ensino que sejam realmente favoráveis ao desenvolvimento do aluno com Necessidades Educativas Especiais.

Há limites a serem superados, desafios a serem vencidos e concepções a serem inovadas para que a escola se prepare não apenas no que se refere à acessibilidade ou adaptações pedagógicas. O que garante a inclusão é a conscientização de que toda criança pode aprender e que essa aprendizagem não é linear, ela acontece de forma singular de acordo com as particularidades de cada aluno.

Concluiu-se, portanto, que a inclusão só ocorrerá de forma satisfatória e eficiente a partir do momento em que toda escola, família e sociedade promoverem e garantirem juntas o direito de todos à educação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima. *Para Entender a Síndrome de Down*. Ed. Wark editora. Rio de Janeiro, 2007.

APAE de Nova Friburgo. Inclusão da pessoa com deficiência. Disponível em < <http://www.novafriburgo.apaebrasil.org.br/artigo.phtml?a=14103> > Acesso em 06 de novembro de 2015.

ARAÚJO, Kátia Soane Santos. O desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos com Síndrome de Down. Rede Saci. 2007 disponível em <http://saci.org.br/index>.

BENATTI, Aurení Martins; *et al.* *Síndrome de Down: Estimulação da fala e linguagem*. São Paulo, Ed. Projeto Down, 1988.

BISSOTO, M. L. *Desenvolvimento Cognitivo e o Processo de aprendizagem do portador de síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas emocionais*. Ciência e Cognição, v.8, p80-88, 2005. Disponível em<<http://cienciaecognicao.org>> Acesso em 03 set. 2011.

BOFF, Josete; CAREGNATO, Rita Catalina Aquino. *História oral de mulheres com filhos portadores de Síndrome de Down*. Texto contexto enferm. Vol. 17. Florianópolis: 2008. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/714/71417322.pdf>> . Acesso em 21 de novembro de 2015.

BORDENAVE, Juan Díaz & PEREIRA, Adair Martins. *Estratégias de Ensino Aprendizagem*. 30. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. Brasília, 1988.

_____.Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares. Brasília, 1999.

_____.Decreto legislativo nº 198, de 2004.

_____. Resolução CNE/CEB n. 4, de 2 de outubro de 2009. Brasília, 2009. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/Resol_4_2009_CNE_CEB> . Acesso em: 04 nov. 2012

BUENO, J.G.S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? *Revista Brasileira de Educação Especial*, 1999. n.3, p. 12.

CARVALHO, R.E. *Removendo barreiras para a aprendizagem*. Educação inclusiva. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

COLL, César. MARCHESI, Álvaro. PALACIOS, Jesús. Colaboradores. *Desenvolvimento psicológico e educação*. Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Tradução: Fátima Murad. 2ªed. S. Paulo-SP: Artimed, 2004.

FERNANDES, Alicia. *O saber em jogo*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FONSECA, Vitor da. *Educação Especial*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1987. 127 p.

GONZÁLEZ, E. *Necessidades educacionais específicas: intervenção psicoeducacional*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MACIEL, D. A; RAPOSO, M. B. T. Capítulo 3: *Metodologia e construção do conhecimento: contribuições para o estudo da inclusão*. In: MACIEL, D. A.; BARBATO, S. *Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar*. Brasília: Editora UnB, 2010. p. 73-88.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Contribuições da pesquisa e desenvolvimento de aplicações para o ensino inclusivo de deficientes mentais*. In: ID. (org.). *A integração de pessoas com deficiência*. São Paulo: Memnon, 1997.

_____. *Inclusão escolar- O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Editora Moderna, 2006.

MOREIRA, Marco Antônio. *Teorias de Aprendizagens*. EPU: São Paulo, 1995. .

NEGRINE, Airton. *Aprendizagem e desenvolvimento infantil*. Porto Alegre: Popril, 1994.

PEREIRA-SILVA, N. L.; DESSEN, M. A. Síndrome de Down: etiologia, caracterização e impacto na família. *Revista Interação em Psicologia*, 2002. v.6, n.1, p. 167-176.

PERRENOUD, P; THURLER, M.G. *As competências para ensinar no século XXI: A formação de professores e o desafio da avaliação*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PUESCHEL, Siegfried M. (Org.). *Síndrome de Down: guia prático para pais e educadores*. 3. ed. São Paulo: Papirus, 1998.

SCHWARTZMAN, J. S. *et al. Síndrome de Down*. São Paulo: Ed. Memnon, 1999.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

VOIVODIC, Maria Antonieta. *Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. *Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down*. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. *Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down*. 5º ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

VYGOTSKI, L. S. *Obras Escogidas: Fundamentos da Defectologia*. Madrid: Visor, 1997

_____. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro para entrevista com professores

Nome: (opcional)

Turma(s) que leciona

Disciplina:

Número de alunos por turma:

Número de alunos com NEE por turma:

Número de alunos com SD:

Qual a sua formação acadêmica?

Possui algum curso de especialização? Qual ou quais?

Há quanto tempo atua na educação?

Há quanto tempo trabalha nesta escola?

Qual a sua jornada de trabalho? () 20 horas () 40 horas

Qual é a sua opinião em relação à inclusão de alunos com Síndrome de Down na rede regular de ensino?

Pontos positivos:

Pontos negativos:

Você considera possível alfabetizar uma criança com Síndrome de Down numa sala de aula na rede regular de ensino? Por quê?

Que estratégias de ensino você utiliza para trabalhar com o aluno com Síndrome de Down?

Que estratégias deram certo e você recomenda:

Que estratégias não deram resultados:

Quais os recursos que você utiliza para o desenvolvimento do aluno com Síndrome de Down?

Como você elaborou estas estratégias e recursos? Teve ajuda de algum profissional da escola ou embasamento de algum teórico?

Qual a importância da parceria entre a família e a escola para a inclusão do aluno com Síndrome de Down na rede regular de ensino?

Quais são as suas expectativas com relação ao aluno com Síndrome de Down?

Como você avalia o processo de inclusão desse aluno com Síndrome de Down na escola em que trabalha?

APÊNDICE B- Roteiro para entrevista com a família

Entrevista com a família da aluna com Síndrome de Down

Qual a idade da criança?

Faça uma breve descrição do perfil de sua filha.

Quando e como souberam que sua filha tinha Síndrome de Down?

A criança frequentou a APAE? Como ocorreu esse processo?

Quando resolveram matriculá-la numa escola regular? Por que?

Como foi o processo de inclusão de sua filha numa escola regular?

Pontos positivos:

Pontos negativos:

O que vocês fazem para estimular o desenvolvimento da aprendizagem de sua filha?

Como vocês avaliam o trabalho que é realizado pela escola com alunos com NEE em especial a Síndrome de Down?

Sua filha sofreu ou ainda sofre preconceito na escola?

Como é seu relacionamento com a escola e com as professoras de sua filha?

APÊNDICE C – Roteiro de observação

Roteiro para observação

- 1- Descrever como as professoras trabalham os conteúdos com a criança com Síndrome de Down.
- 2- Descrever que estratégias elas usam com a criança com Síndrome de Down.
- 3- Descrever as estratégias que são utilizadas para garantir a interação da aluna com Síndrome de Down com os outros alunos durante a aula.

APÊNDICE D- Modelo de Diário de campo

**Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e
Inclusão Escolar-**

Aluno: Valéria Maria de Melo Ramos

Professor (a)-tutor(a) *online*: Ana Cecília Ferreira de Amorim

Polo: Ipatinga TURMA: 23

Diário de Campo

Título:

Data:

Horário:

Local da observação:

ANEXOS

A – Carta de Apresentação – Escola



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. Sa o(a) cursista pós-graduando(a) _____ que
 está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
 Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

 Coordenador (a) do Polo ou Professor (a)-Tutor (a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof.^a Dr.^a Diva Albuquerque Maciel**

B- Carta de Aceite Institucional



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (*nome completo do responsável pela instituição*),
 da _____ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa

_____ de responsabilidade do(a) pesquisador(a) _____,
 aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. _____.

O estudo envolve a realização de _____ (*entrevistas, observações e filmagens etc*) do atendimento _____ (*local na instituição a ser pesquisado*) com _____ (*participantes da pesquisa*). A pesquisa terá a duração de _____ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em _____ e término em _____.

Eu, _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), _____ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

 Nome do (a) responsável pela instituição

 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

C- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professores



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

 Assinatura do Pesquisador

 Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____

D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor (a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Participante Voluntário

Nome do Participante Voluntário: _____

E-mail(opcional): _____